

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA EJA:

um estudo de caso em uma escola pública de Tefé (AM)

Hilkmar Alves da Silva

Mestra pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2546-6400>

E-mail: hilkmar_alves@hotmail.com

Marília de Jesus da Silva e Sousa

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/ UFAM)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9408-0288>

E-mail: mariliasousa2006@gmail.com

Resumo: Este trabalho constitui-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com a colaboração de nove mulheres estudantes da (EJA) da Escola Estadual Corinto Borges Façanha, no município de Tefé (AM). Nesse sentido, apresentamos os percursos educativos e o perfil de mulheres estudantes, obtidos através de entrevistas semiestruturadas. Discutimos as contribuições da educação formal na vida dessas mulheres e os planos para pós-conclusão dos estudos, assim como as dificuldades enfrentadas e a esperança de melhoria de vida pelos estudos. Embasamo-nos em autores que tecem sobre a temática da EJA, educação na Amazônia e a educação das mulheres como: Arroyo (2017), Freire (2014) e Hage (2014).

Palavras-chave: EJA; Educação das mulheres; Percursos educativos.

Abstract: This is a qualitative case study, with the collaboration of nine female students in Youth and Adult Education at the Corinto Borges Façanha State School, in the municipality of Tefé (AM). We present the educational paths and profiles of the women students, obtained through semi-structured interviews. We discuss the contributions of formal education in the lives of these women and their plans for after completing their studies, as well as the difficulties they face and the hope of improving their lives through their studies. We drew on authors who deal with the subject of EJA, education in the Amazon and women's education, such as Arroyo (2017), Freire (2014) and Hage (2014).

Keywords: EJA; Women's education; Educational paths.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo de caso relacionado ao percurso educativo de nove educandas da EJA da Escola Estadual Corinto Borges Façanha, situada no município de Tefé/AM. Este trabalho surge da necessidade de entender, por meio do que Arroyo (2017) nomeia “percursos escolares”, de que forma a inserção feminina, no ensino formal, impacta na vida delas. Dessa forma, buscamos conhecer o percurso educativo, o perfil e como acontece a participação das mulheres dentro do contexto educacional amazônico.

Assim, delimitamos algumas questões importantes que nos ajudaram a conduzir essa análise, tais como: quem são as mulheres que buscam a EJA? Por que não tiveram acesso à escola na idade considerada adequada? Quais motivos tiveram para interromper os estudos? Por que e como se deu o retorno à escola?

Este trabalho nos permitiu conhecer o perfil das mulheres que frequentam essa modalidade, representadas pelas nove colaboradoras que participaram desta pesquisa. Da mesma forma que nos permitiu conhecer as percepções das educandas com relação aos estudos e suas vivências no ambiente escolar, partilhadas nas entrevistas e conversas informais. Consequente, contribuiremos, por meio deste trabalho, como material de suporte para os estudos futuros sobre a EJA na região, visto que ainda há uma grande carência de estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos na região Norte, sobretudo no estado do Amazonas.

Medeiros e Pereira (2021) discutem em seu trabalho a respeito das produções com temáticas voltadas para EJA nos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação – ANPED/Norte. Nesse estudo, identificam a carência dessa temática na Região Norte, especificamente nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins. Portanto, buscamos dar visibilidade para as questões relacionadas às mulheres e a Educação de Jovens e Adultos no município de Tefé e na região. Desse modo, refletir em cima dos desafios vivenciados nessa realidade, visando melhorias na prática dessa modalidade de ensino.

Este trabalho se propôs realizar um estudo de caso sobre a participação das mulheres da EJA em uma escola pública no município de Tefé/AM, através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Quanto a opção pela abordagem qualitativa, fundamentamo-nos no que argumenta Goldemberg (2004), quando enfatiza que essa abordagem permite descrever detalhadamente as situações com o objetivo de

compreender os indivíduos em seus próprios termos. No que diz respeito ao estudo de caso, Gonsalves discorre,

Estudo de caso é o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno. É importante destacar que, no geral, o estudo de caso, ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação (Gonsalves, 2001, p. 67).

A pesquisa de campo foi realizada no mês de dezembro do ano de 2022. Para o estudo de caso foi feito primeiramente um contato com a gestão da escola que nos permitiu o contato com cinco membros do corpo docente, no qual foi explicado o objetivo da pesquisa. Assim, solicitamos deles que nos sugerissem nomes de estudantes mulheres de Segmento/Etapa e idade diferente e que tivessem frequência assídua, visto que esses foram os critérios adotados para escolha das participantes.

Na sequência, foi feito o contato com as participantes de forma individual, explicando o objetivo e os procedimentos da pesquisa. Por fim, foram realizadas as entrevistas gravadas sobre o percurso educativo das participantes, além de conversas informais que nos ajudaram a conhecer melhor essas mulheres. As participantes são estudantes mulheres com idade entre 20 a 60 anos, que na época da pesquisa estavam cursando turmas de 2º e 3º Segmento dentro das Etapas (7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª).

Para as discussões acerca de argumentos oriundos dos depoimentos das entrevistadas, tomamos como base os autores e autoras que haviam construído conceitos teóricos sobre as temáticas que surgiram a partir das análises das falas dessas mulheres. Dentre os autores e autoras que nos auxiliaram nessa discussão estão Arroyo (2017), Hage (2014) e Freire (2014).

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A modalidade de educação EJA é um direito subjetivo¹ conquistado e fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Constituição Federal de 1988. Nesses termos, todo e qualquer cidadão que desejar fazer uso desse direito para dar sequência em seus estudos, tem como exigir o cumprimento deste.

A Lei de Diretrizes e Base n. 9.394/1996 apresenta em seu Art. 37 a EJA como uma modalidade de ensino da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade considerada adequada. O que vale ressaltar e especificar que essa modalidade visa atender ao público de jovens (a partir de 15 anos), adultos e idosos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos no ensino fundamental e médio.

A finalidade dessa modalidade de ensino não é apenas uma oportunidade para esse público concluir seus estudos, mas é também, como trata Reichardt e Silva (2020, p. 59) “desenvolver novas habilidades, formar cidadãos críticos, questionadores e conhecedores de seus direitos e deveres, além de um sujeito pleno e apto para exercer seu papel na sociedade”.

Segundo Arroyo (2017) a EJA “é uma modalidade de educação para os diferentes em percursos sociais e humanos” (p. 23). O autor se refere a diferença de percursos humanos, de trabalhos exercidos, de transportes usados para chegar a escola desses jovens e adultos que frequentam essa modalidade de ensino. Ou seja, os estudantes que encontramos na EJA exercem profissões específicas como: domésticas, pedreiros, serventes nos escritórios, escolas, espaços públicos, são pessoas que como se refere Arroyo (2017) vão do trabalho para as escolas, para a EJA e são os pobres, trabalhadores empobrecidos das cidades ou campo, mulheres e homens, negros.

Atualmente está em vigor a Resolução nº 01/2021 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), homologada pelo Ministério da Educação em maio de 2021. A EJA por ser uma modalidade da educação básica deve seguir as normativas que regulamentam as redes de ensino no Brasil. Por conseguinte, busca estabelecer as Diretrizes Operacionais para a EJA no que diz respeito ao seu alinhamento à Política

¹ A educação como direito público subjetivo amplia a dimensão democrática da educação [...] isto, sem dúvida, pode cooperar com a universalização do direito à educação fundamental e gratuita. O direito público subjetivo auxilia e traz um instrumento jurídico institucional capaz de transformar este direito num caminho real de efetivação de uma democracia educacional. (Cury, Baia Horta, Fávero, 2001, p. 26).

Nacional de Alfabetização, a Base Nacional Comum Curricular e a EJA a Distância Brasil (2021).

Partindo do entendimento de que a EJA é uma modalidade de ensino para aqueles que tiveram seus percursos educativos interrompidos por determinadas situações da vida, percebe-se que as mulheres são maioria no público dos que frequenta essa modalidade, o que confirma o que Xavier (2021), no apresenta em seus estudos sobre esta temática onde relata que o número de mulheres na EJA é maior em relação aos homens. Nessa perspectiva, ressaltamos que no contexto escolar vivenciado por essas mulheres encontramos inúmeras situações em que elas se destacam em experiências de superação e perseverança diante dos desafios enfrentados no decorrer de seus percursos educativos.

MULHERES, EDUCAÇÃO E PERCURSOS

C. T. S. Natural da comunidade de Patauá, município de Alvarães², tem 33 anos, 4 filhos e vive uma união estável. Foi alfabetizada em casa pela mãe, na comunidade que nasceu. Após a morte do pai, veio com a mãe para Tefé e nesse período ficaram morando com o avô, pai da sua mãe. Iniciou os estudos na escola aos 7 anos e fez até a 4ª série (atual 5º Ano) na mesma escola. Na sequência, mudou-se para outra escola, onde fez até o 9º ano do ensino fundamental. A partir dessa mudança teve sua primeira desistência escolar, sendo por pouco tempo, pois, logo ela retorna. Aos 17 anos ela engravida de sua primeira filha, e por isso não consegue dar continuidade aos estudos. Somente depois de 15 anos ela retorna à escola a convite e incentivo do gestor da Escola Corinto Borges Façanha, incentivada também por sua filha, porém sem o apoio do esposo. Mesmo sem esse apoio, ela deu sequência aos estudos e concluiu o E.M. No período da entrevista, estava trabalhando como contratada pela prefeitura municipal de Tefé. Objetiva continuar os estudos em nível superior e almeja fazer o curso de Enfermagem.

D. P. C. Natural da comunidade São João do Mineruá, município de Juruá³, tem 60 anos, é casada e tem 3 filhos. Iniciou os estudos na comunidade em que nasceu, sendo alfabetizada pela mãe em casa. Mais tarde, o pai contrata um professor para ela e os irmãos, dando sequência a sua alfabetização. Nesse período, por decisão da mãe ela segue para estudar em Tefé. Posteriormente, a mãe dela, contra a vontade do pai, a encaminha para

² Município do Estado do Amazonas - localiza-se a oeste de Manaus, capital do estado, distante desta cerca de 531 km..

³ Município do Estado do Amazonas - 672 km de distância de Manaus. Pertence à mesorregião do Sudoeste Amazonense.

o município de Tefé para dar sequência aos estudos, visto que na comunidade não haveria escolas para as séries seguintes. Em Tefé, passou por várias escolas e nesse período formou sua família. Nesse percurso, sem o apoio do esposo e sem ter ajuda para cuidar dos filhos, ela desiste na 5ª série (atual 6º ano). Após 35 anos sem estudar, retorna para escola determinada a concluir seus estudos e almeja fazer um curso superior após a conclusão do EM. Na entrevista, ela se emocionou ao relatar que voltou para escola já muito tarde, enfatizando que se tivesse voltando antes, hoje poderia estar aposentada no trabalho.

D. S. L. Natural da comunidade Nossa Senhora da Conceição do Boam, município de Coari⁴, tem 26 anos, é casada e tem 3 filhos. Iniciou os estudos e fez até a 4ª Série na comunidade que nasceu. Dá continuidade aos estudos em outra comunidade, tendo que fazer o trajeto de canoa. Em vista disso, aumentam as dificuldades dos estudos, pois tinha que enfrentar as enchentes e as secas dos rios. Nessa comunidade, consegue dar sequência aos estudos, no entanto teve que interromper devido situações que ocorreram na época, como: o relacionamento com seu atual esposo, a realização de uma cirurgia de apêndice e a gravidez de sua primeira filha. Após anos sem estudar, ela resolve retornar, mas por questões pessoais com seu esposo, interrompe novamente os estudos. Sem apoio para continuar, ela decide por conta própria se matricular para concluir o EF, e após a conclusão do EF, dá sequência com o EM, em que ela declara que, apesar do cansaço do trabalho, que era o dia todo, persistiu nos estudos. Depois de um acordo com a patroa, ela passou a trabalhar meio período, melhorando a rotina dos estudos e o contato com os filhos em casa. Durante a pandemia, pensou em desistir, pois não dispunha de um celular para as aulas on-line. No entanto, foi incentivada pelo atual gestor da escola, que a auxiliou com materiais didáticos e impressos, e dessa forma, conseguiu continuar e concluiu o EM no primeiro semestre de 2022. Em sua fala, ela enfatiza que a conclusão dos A conclusão dos estudos para ela, foi a realização de um sonho e o resultado de muita determinação. Como planos futuros, pretende fazer um curso superior, sendo sua prioridade, o curso de Pedagogia, pois pretende ensinar as pessoas analfabetas, já que sua mãe, que é analfabeta foi um dos motivos para ela continuar e se formar no EM. Durante a entrevista ela se emocionou ao relembrar a situação da mãe e das dificuldades que passou para concluir essa etapa dos estudos.

E. S. P. Natural da comunidade Barreira da Missão de Baixo⁵, tem 27 anos, declara-se indígena, é casada e tem 3 filhos. Iniciou os estudos na

⁴ Município do Estado do Amazonas – localizado à margem esquerda do rio Simples.

⁵ Pertence a uma das quatro aldeias vizinhas da terra indígena da Barreira da Missão chamadas Barreira de Cima, Barreira do Meio, Barreira de Baixo e Betel – está localizada no

comunidade que nasceu, depois foi para Barreira da Missão de Cima⁶, onde estudou até a 7ª série (atual 8º ano). Segundo ela, a desistência se deu porque ela engravidou e, com isso, perdeu o interesse nos estudos. Em 2022, por incentivo do marido e da família, ela se matriculou na Escola Corinto Borges Façanha, dando sequência aos estudos. Quando concluir o EM, pretende fazer um curso superior, mas ainda não decidiu a área.

I. C. L. Natural de Tefé, tem 34 anos, é casada e tem 4 filhos. Foi morar na comunidade São Francisco do Bauana, no município de Alvarães, com a família, ainda pequena. Nessa comunidade foi alfabetizada por sua tia, pois não havia na comunidade professores formados. Posteriormente, o prefeito responsável enviou professores para a comunidade, e nesse período ela aprendeu a ler com sua primeira professora, na qual lembra com carinho e é grata por esta ter lhe ensinado a ler. Nessa época, ela ajudava seus pais na roça e tinha que conciliar isso com os estudos. A escola era distante de onde morava com seus irmãos. Sua rotina era trabalhar durante o dia, e à noite seguia para a escola com muita dificuldade. Após concluir a antiga 4ª série, e por não ter mais estudos na comunidade, ela não deu prosseguimento no percurso escolar. Nesse período, engravidou com 17 anos. Depois que teve a filha, veio para cidade e precisou trabalhar em casa de família. Foi nessa época que conheceu seu atual esposo, casaram-se e tiveram outros filhos. Concluiu o EF fazendo o Programa do ProJovem⁷, na época na Escola Gilberto Mestrinho⁸, tendo que trabalhar ao mesmo tempo. Esse fator contribuiu para a segunda desistência, não cursando o EM. Após 10 anos, em 2021, ela retorna à escola para concluir os estudos, porque o considera importante para poder ajudar os filhos nas tarefas escolares, para obter um diploma e também para o trabalho que assume de revendedora de uma linha de cosméticos. Enfatiza que ao concluir o EM ela não pretende continuar estudando, pois o trabalho

município de Tefé, na margem direita do Paraná do Panamin, cerca de 30 km de estrada da área urbana e levando-se cerca de meia hora para chegar por via fluvial (Figueiredo, 2008).

⁶ Pertence a uma das quatro aldeias vizinhas da terra indígena da Barreira da Missão chamadas Barreira de Cima, Barreira do Meio, Barreira de Baixo e Betel – está localizada no município de Tefé, na margem direita do Paraná do Panamin, cerca de 30 km de estrada da área urbana e levando-se cerca de meia hora para chegar por via fluvial (Figueiredo, 2008)

⁷ Programa nacional de Inclusão de Jovens – O programa Projovem tem como finalidade elevar a escolaridade de jovens com idades entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão dessa etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso. (www.gov.br).

⁸ Centro Educacional Governador Gilberto Mestrinho – Escola pertencente a Rede Estadual de ensino situada na Estrada do Aeroporto, 1241 – São Francisco, Tefé – Amazonas.

que realiza como revendedora já lhe traz realizações na vida pessoal e profissional.

M. B. F. Natural de Coari, tem 27 anos, é casada e tem uma filha. Iniciou os estudos em uma comunidade rural, de Coari. Para estudar, tinha que se deslocar da comunidade em que morava para outra, próxima de lá, pois não havia escolas na comunidade dela. Esse percurso era feito de catraia e, segundo ela, com muita dificuldade, pois no período da seca tinha que caminhar pela praia com os colegas que também moravam na mesma comunidade. Passou por mais de duas escolas, entre a 1ª série (atual 2º ano) a 4ª série (atual 5º ano), sempre passando dificuldades de acesso aos estudos. Quando chegou na 5ª série, não tinha mais como estudar devido à comunidade não ter além da 4ª série. Diante disso, ela convenceu o pai da necessidade de continuar os estudos no município de Coari. Assim, seguiu para Coari, onde foi morar com parentes e conhecidos e passou por várias casas nesse decorrer. Nesse período, vivenciou situações que a levaram a uma depressão. Seu histórico escolar é de desistências e isso se tornou um desafio para a conclusão dos estudos. Mesmo diante das dificuldades que passou ela retornou para escola em 2021, quando a EJA já estava na estrutura da nova proposta, o que para ela foi um ponto positivo, pois a ajudou concluir o EM. Ela pretende seguir estudando e objetiva fazer o curso de Fisioterapia. Segundo ela, tem o apoio do esposo e dos familiares para seguir os estudos.

R. C. C. Natural de Tefé, tem 20 anos, está em um relacionamento afetivo e tem 2 filhos. Iniciou os estudos em Tefé, entre 3 a 5 anos em uma escola pública do município e depois foi para uma escola do estado. Nesse período, teve um relacionamento e engravidou. Devido a gravidez, por não conseguir conciliar, em decorrência dos sintomas e complicações que teve, ela desistiu dos estudos. Quando nasceu a filha, de parto prematuro, precisou de acompanhamento. Em vista disso, priorizou cuidar da filha. Em 2021, após 5 anos afastada da escola, ela retornou, já com mais um filho pequeno. Segundo ela, nesse retorno teve incentivo e apoio da mãe, do companheiro, que também fez a EJA, e da família dele. Ela relatou não ter tido dificuldades nesse retorno devido ao apoio que teve da família e da escola. Planeja concluir os estudos, fazer cursos, ingressar na faculdade de Enfermagem, além de ter o objetivo de conseguir um emprego para ajudar financeiramente no sustento dos filhos.

R. C. S. S. Natural da comunidade São José do Cuiú Cuiú, município de Maraã⁹, declara-se negra, tem 23 anos, é casada, tem 3 filhos e trabalha como vendedora. Iniciou os estudos na mesma comunidade em que nasceu, ainda

⁹ Município do Estado do Amazonas – localizado a noroeste de Manaus, distância desta cerca de 615 Km.

criança, depois veio em 2012 morar em Tefé, dando continuidade aos estudos. Por motivos de doença e o falecimento da filha, teve que suspender os estudos. Mais tarde, por incentivo do esposo e família, resolveu retornar à escola e fazer a EJA. Devido às situações que vivenciou com o falecimento da filha, passou por uma depressão que até hoje tem que fazer tratamentos. Segundo ela, tem total apoio do esposo nos cuidados com os filhos. No que se refere à nova proposta da EJA, ela relata que foi importante e a ajudou, pois, antes, ela pretendia concluir os estudos e não conseguia, pelo fato de não saber conciliar sua rotina aos estudos. Considera-se uma mulher independente e aconselha outras mulheres que desistiram a vencer os desafios e a continuar.

V. S. G. Natural de Alvarães, tem 42 anos, declara-se indígena, é casada e tem 6 filhos. Iniciou os estudos em Tefé na 1ª série. Na época, os pais trabalhavam como agricultores e moravam na comunidade de Juruamã, localizada no município de Alvarães, de onde obtinham a renda para o sustento da família de 10 filhos. Nesse caso, ela e o irmão mais velho moravam com uma tia em Tefé para poder estudar. Mais tarde, por motivos financeiros e os pais não terem condições de mantê-los na cidade, ela retornou para a comunidade com a família. Na comunidade, estudou até a 5ª série e por não ter a sequência das séries na comunidade, teve que ficar sem estudar aos 14 anos. Com 16 anos, ela casou, tem filhos e foi morar em Uarini com o marido. Posteriormente, o casamento não deu certo e ela precisou morar em Tefé para trabalhar e ajudar a sustentar os filhos, deixando-os com o pai em Uarini. Nesse decurso, relacionou-se com seu atual companheiro e veio morar na Estrada da Agrovila (situada na Estrada do Aeroporto em Tefé). Lá, retornou com os estudos no EF e depois veio para Tefé para dar sequência no EM. Segundo ela, teve apoio do atual companheiro, professores, colegas de turma, sendo esse apoio, um grande incentivo para poder continuar seu percurso escolar. Quando concluir o EM ela pretende fazer o curso de Pedagogia, sendo essa, uma área que se identifica.

Freire (2014) nos faz refletir que é preciso nutrir a esperança de que a mudança é possível. Segundo o autor, devemos ter esperança de que as situações de injustiças e miséria, se não desaparecerem, um dia, ao menos serão amenizadas. A acomodação a essa realidade, como pretexto de desesperança é um compactuar com os problemas sociais, defende o autor. Conforme a reflexão de Freire, que nos traz por meio de sua trajetória de vida o esperar, assim, nos mostrando que os problemas que teve de enfrentar quando participou do contexto político e que resultou em seu exílio, não o fez desistir de prosseguir.

Nesse sentido, conhecer os percursos educativos das participantes nos fez compreender que houve dois momentos em que para elas foi necessário o

esperançar na vida. O primeiro momento foi conduzido pelos desafios que as levaram interromper os estudos, e o segundo momento foi quando elas decidiram retornar, refazer o caminho de onde haviam parado. Nesse primeiro momento da desistência, foi necessário apoiar-se nessa esperança, que de acordo com Freire (2014), impulsiona o ser humano nas situações de opressão, criando possibilidades de libertação diante de toda forma de opressão que possa se vivenciar. A esperança que essas mulheres tiveram em continuar mesmo precisando abrir mão de uma fase significativa para elas, representada pelos estudos. Assim, entende-se que as situações de opressão envolvem as lutas pela libertação, que são meios para ocorrerem as mudanças sociais.

Conforme a apresentação baseada nos depoimentos coletados, nota-se que a maioria das mulheres são de origem das comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas ou iniciaram seus estudos nessas comunidades. Das nove, apenas duas iniciaram seus estudos na cidade. Vale ressaltar que a realidade da educação no contexto amazônico tem suas particularidades quanto ao modo de vida e à realidade de suas vivências dentro desse contexto. Dessa forma, isso influenciou diretamente no percurso educativo dessas mulheres, como foi confirmado na fala da maioria ao relatarem o início desse percurso, vivenciados na realidade das comunidades de origem de cada uma.

Nessa perspectiva, quando falamos nas comunidades ribeirinhas da região Amazônica, conforme resultados de pesquisas de autores que estudam sobre a educação nessa região, ela apresentava e ainda apresenta muitos desafios. As comunidades ribeirinhas estão inseridas na chamada educação do campo. Desse ponto de vista, Hage (2014) explana sobre características peculiares dos sujeitos que residem e estudam nessas comunidades, principalmente no que se refere aos desafios enfrentados por eles quanto ao acesso, reingresso e permanência no espaço escolar. Esses foram os desafios enfrentados pelas participantes na época que residiam nessas comunidades.

Maximiano e Galvão (2020), apoiados ao que aponta Hage (2014), consideram que a educação, apesar de ser um direito de todos os cidadãos, defendido na Constituição Federal, deixa a desejar no que refere à sua efetivação nas realidades das comunidades rurais, no sentido de que esses sujeitos têm particularidades e especificidades que na maioria das vezes não são atendidas no que confere as políticas públicas educacionais para essa região.

As colaboradoras que relatam terem estudado nas comunidades destacam as dificuldades que enfrentaram para prosseguir, no início do percurso educativo. Como apontam as análises, baseado no que foi citado por elas, a maioria que frequentou as escolas nas comunidades, tinham

dificuldades de acesso, não tinham alternativa para dar continuidade aos estudos (normalmente as comunidades não ofereciam além da antiga 4ª série), quando havia escola nas comunidades, algumas não estudavam na comunidade que residiam porque não havia escolas.

Há relatos de situações específicas dessas realidades, no que elas citam: o período das secas e das cheias dos rios, a situação de ter que sair de sua comunidade para ir até onde havia escolas. E nesse trajeto de ir até outra comunidade, enfrentavam a distância e tinham que usar o transporte fluvial, estando sujeitas a diversos perigos, tanto os decorrentes de fenômenos naturais quanto qualquer outro tipo de acidente. Outra situação decorrente desse trajeto era o atraso na chegada da escola, em que os estudantes, tinham que começar a se preparar desde cedo para não se atrasarem, conforme relatam:

Aí, quando eu estudei no 5º ano, na 5ª série já, eu fui transferida pra outra comunidade. Como a comunidade que eu estudava não tinha a série para eu estudar, a minha mãe me matriculou em outra comunidade, e quando a gente ia, a gente ia de canoa. A gente saía 12h e a gente chegava lá quase no horário de entrar na sala de aula já. Aí, nesse período foi começando as dificuldades devido à enchente, as secas. Quando era o período de seca a gente ia a pé, mas eram poucos minutos. Aí, teve um período que teve uma queimada, queimou todo o caminho para a gente ir. Aí, a gente encontrava dificuldade devido à fumaça que fazia mal pra saúde da gente. A gente parou e quando estabilizou mais a gente retornou (D. S. L., 2022, informação verbal)¹⁰.

A minha primeira série eu fiz no interior [...] e... ia de catraia, né? Para escola, voltava. Aí, na época da seca era muito difícil, porque a catraia não podia ir onde eu morava, e iam eu e outros alunos pela praia, e era muito quente. A escola não era na mesma comunidade. Aí, eu ia, eu era muito interessada. Não sei por que, quando mais difícil, mas a gente quer, né? Aí, eu ia, chegava lá, tomava muita água, e foi essa luta até... Eu estudei na comunidade até a 2ª série. Aí, a 3ª e a 4ª fui para outra (comunidade) e a 5ª fui para outra que era mais longe ainda (M. B. F., 2022, informação verbal)¹¹.

¹⁰ Entrevista concedida por D. S. L., em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

¹¹ Entrevista concedida por M. B. F., em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

Nesse contexto, considera-se que esse foi um dos fatores que contribuiu para o interromper dos estudos de algumas dessas mulheres. Compreende-se que elas enfrentaram inúmeros desafios para estudarem nessas comunidades em meio a difícil realidade de acesso, de permanência e da falta de profissionais capacitados para alfabetizar na época. Uma realidade das comunidades citadas pelas participantes era a situação dos professores não residirem nas comunidades (iam por um determinado período) e nesse caso entrava a participação das famílias que contribuía também na sua alfabetização, assumindo essa responsabilidade, mesmo sem formação, e ensinando o que sabiam. Conforme os depoimentos que seguem, isso era uma alternativa para alfabetizar as crianças que não tinham oportunidade de estudar, ou devido necessidade de escolas ou de professores em algumas comunidades. O papel de alfabetizar, geralmente era assumido pelas mulheres da família, mães ou tias como citado pelas participantes.

Comecei meus estudos no interior assim, estudava numa mesa. A minha mãe que ensinava com um uma palmatória do lado. Ela não era professora, o que ela sabia ela tentava passar pra nós [...]. “Lá fui alfabetizada pela minha tia, ela me deu aula até na alfabetização, né? E aí passei muito tempo estudando assim, só... porque ela não era formada”. “[...], mas lá já no interior, ela ensinava a gente escrever, ia ensinando (D. P. C., 2022, informação verbal)¹².

Também em decorrência da falta de escola e professores nas comunidades, na época que se referem as colaboradoras, havia a situação da alfabetização ser feita por professores que vinham até a comunidade em determinados dias, conforme a fala de M. B. F. isso acabava dificultando na aprendizagem delas:

No interior, naquele tempo, a gente estudava uns dez dias no mês e o professor ia embora, quando voltava a gente já tinha esquecido tudo de novo. A gente se virava e se esforçava em casa pra apreender de uma melhor forma (M. B. F., 2022, informação verbal).

Outra situação mencionada pelas participantes foi sobre a alternativa que algumas famílias viam como oportunidade de dar continuidade aos estudos dos filhos, que era a possibilidade de levá-los para estudar na cidade.

¹² Entrevista concedida por D.P.C em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

Nessas circunstâncias, acontecia de a família enviar os filhos para morar com algum parente ou eles seguiam com toda a família, mesmo enfrentando dificuldades, o que apontam os trechos dos depoimentos:

Assim, minha mãe viu que lá não era vida pra gente, ela queria colocar nós para estudar, eu e meus irmãos, [...] eu era pequenininha, tinha 5 anos e tinha meu irmãozinho que era de colo. Aí minha mãe na luta, lutou. Aí, ela conseguiu trazer a gente pra Tefé (C. T. S., 2022, informação verbal).¹³

Nós somos dez irmãos, mas minha mãe deixava aqui para estudarmos eu e meu irmão, porque a gente era os mais velhos e ela levava os pequenos (V. S. G., 2022, informação verbal)¹⁴.

Comecei estudar desde pequena lá no São José do Cuiú-Cuiú, município de Maraã. Em 2012, viemos morar aqui em Tefé (R. C. S. S., 2022, informação verbal).

Quando foi para eu estudar o 6º ano, minha mãe me matriculou em Coari. Eu fui para cidade já, mas, daí, eu continuei indo de canoa e era uma hora para a gente chegar na cidade (D. S.L., 2022, informação verbal).

Aí foi tempo que eu, foi passando, passando, treze anos, meu pai nos colocou para cá para cidade, mais a mamãe (D. P. C., 2022, informação verbal).

E eu e meu irmão mais velho ficávamos na casa da minha tia (V.S.G, 2022, informação verbal).

E chegou a época que o meu pai falou com um parente nosso em Coari, para eu ir morar lá, para continuar estudando. Aí, eu fui, e foi muito difícil (M. B. F., 2022, informação verbal).

Como se percebe na fala da participante, essa era uma situação em que havia dificuldades quando uma delas relata que foi muito difícil para ela ter que morar na casa de parentes, passando por várias residências nesse percurso, sendo difícil ficar longe da família, sem o apoio que necessitava. Outras famílias não tinham condições financeiras para encaminhar seus

¹³ Entrevista concedida por C.T.S em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

¹⁴ Entrevista concedida por V.S.G em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

filhos para estudar na cidade, ou até mantê-los lá por muito tempo. Isso acarretava no atraso dos estudos.

Havia a situação das próprias famílias assumirem, através da contratação de professores, a responsabilidade da aprendizagem dos filhos, como foi o caso da participante, quando relata “Aí, depois meu pai pegou colocou um senhor para dar aula lá para nós, [...]” (C. T. S., 2022, informação verbal). Nesse caso, o pai se responsabiliza em contratar alguém para alfabetizar ela e os irmãos. Ela fala que esse professor “foi um que apareceu por lá” e seu pai o contratou.

Identificou-se, também que alguns fatores socioeconômicos, culturais e ambientais são percebidos como desafio diante dos percursos educativos de cada uma das participantes. Tendo em vista o que a maioria delas expressam em suas falas sobre as dificuldades que passaram do começo ao momento que se veem obrigadas a interromper os estudos. As situações vão desde a precariedade das comunidades que elas moravam até as condições financeiras das famílias.

Compreende-se que esse fator influenciou na desistência das participantes quando também relatam durante as entrevistas que seus pais não tinham condições de proporcionar uma vida melhor para elas. Há situações observadas nesses percursos, em que elas são de família de pais analfabetos, quando não, estudaram até a 4ª série, sendo agricultores e pescadores que trabalhavam para garantir o sustento da família. As mães que acompanhavam seus cônjuges na rotina diária e ainda assumiam a função de domésticas. Algumas, mesmo com pouca instrução, ajudavam na alfabetização dos filhos.

Com base nas falas das entrevistadas, percebe-se em seus percursos educativos, que todas elas tiveram seus estudos interrompidos em decorrências de gravidez, no que acarretou na construção da vida familiar sem planejamentos, elas ainda muito jovens. Nessas condições, inicia em seus percursos educativos as dificuldades em conciliar o cuidado dos filhos ou marido, afazeres domésticos e os estudos.

Em vista disso, pelo fato da responsabilidade dos filhos e afazeres domésticos ser visto como sendo papel somente da mulher. O que vai de encontro com o que aponta Stamatto (2002), para quem, ao longo da história, o papel da mulher foi sempre relacionado aos cuidados com os filhos e ao trabalho doméstico, dedicando-se à família, no papel de mãe e esposa. Para a autora, isso acarreta na exclusão das mulheres nos processos de educação.

Quando a participante I. C. L. destaca “eu ainda tentei continuar, mas, aí, o meu sogro era muito rígido, ele falou se eu quisesse estudar não teria procurado filho”, é cobrado dela que essa é uma obrigação da mulher, a de

cuidar da filha, sem ter a possibilidade de contribuição do pai ou o apoio de outras pessoas. Nesse sentido, Bastos e Eiterer (2017) consideram que esse quadro infere que essas mulheres não contam com total apoio de parceiros, filhos maiores ou parentes impedindo-as de frequentar a escola, contribuindo com afirmações de Stamatto (2002) tratada anteriormente.

Outro fator que deve se levar em conta é que essas mulheres, ao desistirem dos estudos para cuidar da família ou qualquer outro motivo, ficam desmotivadas a retornar. Isso se confirma na fala da participante E. S. P., de 27 anos, quando ela diz “Eu não tinha mais interesse em retornar” (E. S. P., 2022, informação verbal)¹⁵.

A desmotivação pelos estudos vem de circunstâncias decorrente da falta de apoio do cônjuge ou familiares, como declara D. P. C., 60 anos

Eu ia pra aula quando eu chegava estava aquele “auê” dele em casa, que o menino tinha chorado, chorado, que o menino tinha feito isso, aquilo e eu fiquei com raiva e não fui mais”. (D. P. C., 2022, informação verbal).

Como observado nos depoimentos, a desmotivação é determinada dentro da própria família por parte do cônjuge, pai, sogra, sogro, por meio de palavras e atitudes que fazem com que essas mulheres se recolham a vontade de prosseguir, conforme os trechos dos depoimentos:

O papai não aceitava isso (que estudasse). Ele dizia que a mamãe estava inventando, dizia que mulher era para ir para cozinha, não para estudar, mulher era para trabalhar na cozinha (D. P. C., 2022, informação verbal).

Minha sogra disse que era para eu desistir [...], ela disse: no outro ano eu fico com teu filho para você estudar[...]. Mas quando foi no outro ano ela não cuidou do meu filho para eu estudar (D. S. L., 2022, informação verbal).

Quando citamos Freire (2014) no que se refere a ter esperança, queremos lembrar que essas mulheres tiveram seu momento de desesperança em seus percursos escolares. Isso decorrente das diversas situações apresentadas aqui como, as dificuldades vivenciadas no contexto da realidade das comunidades de origem delas e a construção da família sem planejamento. Mesmo diante desses desafios, algumas ainda tentaram

¹⁵ Entrevista concedida por E.S.P em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

continuar, mas como elas justificam, não tiveram condições de prosseguir naquele momento. Apesar dessa etapa de seus percursos educativos, essas mulheres tiveram determinação para continuar.

A ESPERANÇA DE UM RETORNO

Schere e Santos (2021) abordam a temática do retorno das mulheres à sala de aula dentro da modalidade EJA, na qual discutem as transformações ocorridas no decorrer dos anos e o contexto atual vivenciado por elas. As autoras apontam as mudanças vividas pelas mulheres nas últimas décadas, como a inclusão em massa no mercado de trabalho, assumiram o papel de chefe de família, se tornaram empreendedoras, e um número considerável de mulheres optaram por retornar à escola. Nessas circunstâncias, elas ocuparam um lugar que antes não haviam alcançado. Esse cenário é decorrente de fatores econômicos e culturais vivenciados pela sociedade atual.

As participantes desta pesquisa retornaram à escola com idade entre 20 a 60 anos. Nesse sentido, Escoura (2014) aponta que o retorno dessa faixa etária mais velha indica que essas mulheres se afastam da escola ainda adolescentes ou ainda muito jovens quando tiveram filhos e somente depois de um tempo, com os filhos já maiores, conseguem retornar. Como demonstra os depoimentos das participantes, todas tiveram que desistir por conta da gravidez e só retornaram após os filhos estarem crescidos, umas com filhos ainda crianças, outros adolescentes e até filhos adultos, confirmado o que a autora menciona.

Ao buscar entender os motivos que levaram essas mulheres a desistirem dos estudos e o que as motivou retornarem, nos leva a concluir que um fator relevante sobressai nas justificativas: Das 9 participantes, a maioria sendo 7, responderam que o retorno foi por conta da motivação e apoio do cônjuge, familiares e amigos. Vale ressaltar, os casos que elas citam que os companheiros que antes não as apoiavam, agora foram um dos que as fizeram retornar. Conforme a fala das participantes, seus companheiros as apoiaram e alguns até se colocaram à disposição para cuidar dos filhos, enquanto elas estudavam. Quanto a situação do cônjuge, alguns não estudavam, outros estavam estudando, e alguns já haviam terminado os estudos.

Isso demonstra conforme Souza e Fonseca (2013) apontam que ao modo que as reconfigurações das relações de gênero dentro do espaço doméstico se estabelecem, as mudanças ocorrem dentro dos espaços da casa e do trabalho das mulheres e homens pobres. No decorrer da história, os homens foram cada vez menos capazes de prover a base do sustento familiar, perdendo espaço de trabalho remunerado, no mais, as mulheres deixaram de ocupar,

exclusivamente os espaços domésticos e passaram também a ocupar espaços públicos na luta pela sobrevivência.

Por conseguinte, a decisão das mulheres pelo retorno à escola, evidencia a busca desse público pela sua inserção nos espaços públicos, objetivando melhorias de condições de vida, como por exemplo ter êxito na vida profissional. Da mesma forma que elas desejam assumir um papel, além do que elas já ocupavam dentro dos lares, como mãe e esposas, o de ajudar no sustento da família através do seu trabalho, de acordo com os relatos das estudantes que participaram da pesquisa.

Contudo, mesmo diante desse cenário de mudanças no que se refere a reconfigurações de gênero, ainda há situações, como menciona Escoura, (2014) nas quais predomina o preconceito estabelecido há décadas sobre a desigualdade criada a partir da diferença entre os sexos. Das 9 participantes, 2 não tiveram apoio dos companheiros para retornar à escola, e uma delas relata que por vezes teve que discutir e até pensar em separar, ele não aceitava que ela estudasse. Outra participante apenas citou que seu esposo não a apoiou no retorno.

A partir das análises das entrevistas, concluiu-se que o motivo pelo qual as estudantes retomaram, prevaleceu dois fatores: o fato do incentivo, motivação e apoio de pessoas próximas e o objetivo de concluir e dar continuidade aos estudos objetivando fazer um curso superior. Apenas uma das estudantes disse não pretender continuar após a conclusão do Ensino Médio, as demais, todas pretendem ingressar em uma universidade e fazer algum curso superior ou cursos profissionalizantes. Algumas já sabem o que pretendem fazer, outras ainda estão decidindo. Todas objetivam e apostam nos estudos como forma de *melhorar de vida* e a conquista da autonomia e sua independência financeira.

Outro fator que contribuiu no retorno dessas mulheres ao ambiente escolar foi o apoio que elas encontram na escola, por parte do gestor e dos professores com os quais elas têm contato mais direto. Vale destacar, a importância do apoio da escola como um todo. Quando elas relatam que o gestor as convidou a retornar dando a elas essa nova oportunidade para estudar, o que para elas demonstrou que estão sendo valorizadas. Quanto ao apoio dos professores, elas relatam que eles as ajudavam nas dificuldades em sala. Esses fatores contribuíram e contribuem para a permanência dessas mulheres no ambiente escolar, fazendo com que, mesmo sem o incentivo em casa, por parte de algumas que relataram viver essa situação em seus lares, elas persistiam, pois a escola as encorajava através de palavras de apoio e incentivo dos professores, gestor, colegas de turma e também por meio de realizações de palestras, e também os depoimentos de outros que haviam

também passado pela EJA as encorajavam a prosseguir. Isso se confirma nos relatos das participantes:

E aqui na escola também, a gente tem muito incentivo do diretor, dos professores, das palestras que tem sempre, né? Eles falam para incentivar as pessoas (os palestrantes). Eles dizem: “Ah, eu também era da EJA, agora eu estou na UEA, eu estou estudando para medicina. Isso também, a gente fica só pensando, eles conseguiram, eu vou conseguir também. É um apoio bastante para nós. E eu, assim que terminar meus estudos, quero fazer faculdade para medicina. (R. C. S. S., 2022, informação verbal)¹⁶.

A minha dificuldade na escola era a disciplina de Matemática, sempre foi, mas agradeço ao professor André, ele incentiva muito a gente; a professora Débora, a professora Débora é um amor de pessoa, sempre ela incentivando a gente (C. T. S., 2022, informação verbal).

Não tive dificuldades na escola, foi tranquilo. Todos os meus professores eram bacanas, sempre eles ajudando a gente, as meninas, aqui dentro da sala de aula, porque às vezes nós começamos estudar, às vezes era só mulher, uma ajudava a outra, entendeu? Todos os anos eu passava, não ficava não. (V. S. G., 2022, informação verbal).

A escola tem papel fundamental no desempenho e permanência dos alunos, no que cabe destacar que as alunas frisam que esse apoio as ajudou a prosseguir, apesar das desmotivações no processo, principalmente no período da pandemia, a escola contribuiu de forma significativa para o incentivo dessas alunas a não desistirem, dando suporte em material didático, quando não era possível o estudo através de ferramentas digitais. Conforme o depoimento

Mas foi o período da pandemia. Como eu não tinha celular, que nesse período da pandemia os alunos estudavam on-line, mas eu não tinha celular, eu tinha muita dificuldade. Aí o que o gestor fez?! Ele imprimia os trabalhos para mim e eu fazia em casa, comprei um caderno. Passei a fazer meus trabalhos em casa. Todo mês o gestor imprimia o trabalho e eu vinha pegar

¹⁶ Entrevista concedida por R. C. S. S., em Tefé/AM, em 10 dezembro de 2022.

na escola, eu fazia e retornava pra ele. (D. S. L., 2022, informação verbal).

Um fator que também contribuiu para a permanência e conclusão dessas estudantes, segundo os depoimentos, foi a nova proposta da EJA. Para elas, isso facilitou a conclusão dos estudos para muitos, jovens adultos e idosos, que estavam há muito tempo sem frequentar a escola. Segundo os depoimentos das participantes, o funcionamento da Nova EJA ajudou no sentido de que nem todos os dias elas poderiam participar das aulas e nesse formato atual, elas têm os dias para estudar em casa, o que é necessário para esse público que trabalha e estuda.

CONSIDERAÇÕES

Este estudo nos permitiu observar que as mulheres estudantes que participaram desta pesquisa são de origem de comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas que enfrentaram desafios peculiares dessas comunidades, como: a dificuldade de acesso e permanência na escola, por diversos fatores, que vão desde fenômenos naturais até as necessidade de políticas públicas adequadas e que atendam as demandas exigidas dessas realidades nessas regiões. Esses fatores foram desafios enfrentados pela maioria das participantes, no que se percebeu são todas de famílias humildes, e devido a essa condição, tiveram suas lutas na busca pelo conhecimento.

As participantes tiveram de interromper seus percursos educativos por motivos semelhantes, como gravidez, e o fato de ter que cuidar dos filhos e da família. Mais tarde, elas decidiram retornar à escola para concluir os estudos. Nesses percursos de desistência e retorno, elas enfrentaram dificuldades e vivenciaram experiências que exigiu delas o esperar na vida. A esperança que Freire defende e que impulsiona o ser humano em suas vivências desafiadoras.

Diante do que conhecemos dos percursos educativos das participantes, entendemos que a *esperança do verbo esperar* de Freire, reacendeu nessas mulheres e em inúmeras outras em seus percursos individuais, a crença no sujeito oprimido. Dessa esperança, nasce a luta contra todas as formas de opressão. Essas estudantes buscaram na educação a valorização delas como sujeitos excluídos de alguma forma pela sociedade. Assim, conforme aponta Freire, a educação consiste na humanização, emancipação e libertação do ser humano. Dessa forma, entendemos que se a educação não defende essas funções, não poderá ser instrumento de transformação social.

A EJA é um espaço de busca de conhecimentos que oferece para essas mulheres oportunidades para, como elas citam, *melhorar de vida*. No ambiente escolar elas encontram apoio nas relações interpessoais que se concretizam no dia a dia. Esse apoio vem de amigos, gestores, professores, que impulsionam o prosseguir da caminhada, o que facilita esses percursos, pois muitas vezes elas não encontram apoio na própria família. A conclusão dos estudos é uma conquista pessoal para essas mulheres, visto que simboliza sua independência e sua formação crítica em suas vivências no ambiente social. No mais, elas evidenciam em seus depoimentos não perder a esperança de uma vida melhor a partir da conclusão dos estudos, considerando que o acesso à educação é um viés de oportunidades para exercer sua cidadania de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **PASSAGEIROS DA NOITE: DO TRABALHO PARA A EJA. ITINERÁRIOS PELO DIREITO A UMA VIDA JUSTA.** PETRÓPOLIS: VOZES, 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.JUSBRASIL.COM.BR/TOPICOS/10650040/ARTIGO-208-DA-CONSTITUICAO-FEDERAL-DE-1988](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988). ACESSO EM: 21/01/2022

BASTOS, LUDIMILA CORRÊA; EITERER, CARMEM LÚCIA. **RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E COTIDIANO DAS MULHERES EDUCANDAS DA EJA.** EDUC. FORM., v. 2, n. 6, p. 42-53, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DOCUMENTO REFERENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS DE EJA NOS ESTADOS, MUNICÍPIOS E NO DISTRITO FEDERAL: RESOLUÇÃO 1 DE 28/05/2021.** BRASÍLIA, MEC, SEB, 2022. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.GOV.BR/MEC/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/INSTITUCIONAL/SECRETARIAS/SECRETARIA-DE-EDUCACAO-BASICA/PUBLICACOES/PDF/DOCUMENTO-REFERENCIAL-COEJA-FINAL-1.PDF](https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes/pdf/documento-referencial-coeja-final-1.pdf). ACESSO EM: 25/11/2022.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB/96).** DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. BRASÍLIA: Nº248, 23 DE DEZEMBRO DE 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **NOTA TÉCNICA Nº 39/2021/COEJA/DPD/SEB/SEB: NOVA RESOLUÇÃO DE DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ELABORADA PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** BRASÍLIA: MEC/SEB, 2021.

C.T.S. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

CURY, CARLOS ROBERTO JAMIL; BAIÁ HORTA, JOSÉ SILVÉRIO; FÁVERO, OSMAR. **A RELAÇÃO EDUCAÇÃO-SOCIEDADE-ESTADO PELA MEDIAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL.** IN: FÁVERO, OSMAR (ORG.). **A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUINTES BRASILEIRAS.** 1823-1988. 2.ED. REV. AMPL. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2001.

D.P.C. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

D.S.L. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

DE MEDEIROS, ADRIANA FRANCISCA; PEREIRA, SILVANE DOS SANTOS. **A EJA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO INTELECTUAL NA ANPED/NORTE.** **EJA EM DEBATE**, v. 10, n. 17, 2021.

E.S.P. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

ESCOURA, MICHELE. **RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DA EJA. JOVENS E ADULTOS NA SALA DE AULA: SUJEITOS E APRENDIZAGENS NA EJA**, p.21, 2014.

FIGUEIREDO, GUILHERME GITAHY DE. **QUANDO A CIDADE ATRACA NAS ALDEIAS: BARREIRA DA MISSÃO, TEFÉ – AM.** ANAIS DA 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. PORTO SEGURO, BA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DA ESPERANÇA: UM REENCONTRO COM A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.** EDITORA PAZ E TERRA, 2014.

GOLDEMBERG, MIRIAN. **PESQUISA QUALITATIVA PROBLEMAS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.** IN: **A ARTE DE PESQUISAR.** RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO: EDITORA RECORD, p.58-66, 2004.

GONSALVES, ELISA PEREIRA. **INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA.** CAMPINAS, SP: EDITORA ALÍNEA, 2001.

HAGE, SALOMÃO ANTÔNIO MUFARREJ. **TRANSGRESSÃO DO PARADIGMA DA (MULTI) SERIAÇÃO COMO REFERÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO.** **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, v. 35, p. 1165-1182, 2014.

IBGE – TEFÉ, DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://CIDADES.IBGE.GOV.BR/BRASIL/AM/TEFE/PANORAMA](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/panorama), ACESSADO EM 17/11/2022

I.C.L. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

M.B.F. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

MAXIMIANO, CLAUDINA AZEVEDO; GALVÃO, VANESSA ARAÚJO. **ENTRE OLHARES. REVISTA TEMPORIS [AÇÃO] (ISSN 2317-5516)**, V. 20, N. 02, P. 20-20, 2020.

R.C.C. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

R.C.S.S. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

REICHARDT, MIRIAN.; SILVA, CAROLINE. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**. CADERNO INTERSABERES - V. 9, N. 23 - 2020.

SCHERE, ANA LUCIA; SANTOS, RITA DE CÁSSIA GRECCO DOS. **O RETORNO DA MULHER À SALA DE AULA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS/PERSPECTIVAS**. V. 3, N. 3, MAI-JUN, 2021.

SOUZA, MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE; FONSECA, MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA. **TERRITÓRIOS DA CASA, MATEMÁTICA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA EJA**. CADERNOS DE PESQUISA V.43 N.148 P.256-279 JAN./ABR. 2013.

STAMATTO, MARIA INÊS SUCUPIRA. **UM OLHAR NA HISTÓRIA: A MULHER NA ESCOLA (BRASIL: 1549 - 1910)**. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - UFRN. II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2002.

V.S.G. [ENTREVISTA CEDIDA A] HILKMAR ALVES DA SILVA E MARÍLIA DE JESUS DA SILVA E SOUSA. TEFÉ/ AM, DEZ. 2022. ENTREVISTA CONCEDIDA PARA FINS DE PESQUISA.

XAVIER, MARCIA VALÉRIA REGINA TEIXEIRA. **MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM OLHAR SOBRE O EMPODERAMENTO DAS MULHERES ENTRE 40 E 60 ANOS**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS). PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURAS. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, 131 F.: IL. FEIRA DE SANTANA, 2014.